

A ausência fatal da COP30¹

Stela Herschmann²

Ilan Zugman³

Em menos de seis meses o mundo se reunirá em Belém do Pará para aquela que vem sendo descrita como uma das conferências do clima mais importantes desde a assinatura do Acordo de Paris, em 2015. A COP30 tem uma agenda ambiciosa, dividida em quatro grandes pilares, com 16 resultados esperados de negociação. Só falta uma coisinha nela: tratar da causa do aquecimento global.

Os combustíveis fósseis, responsáveis por 75% das emissões de gases de efeito estufa, por enquanto aparecem em 0% da pauta de negociação de Belém. Viraram tema tabu, capaz de fazer implodir qualquer conversa diplomática. Países interessados em avançar no Acordo de Paris têm medo de mencioná-los. Algumas ONGs também. E, no entanto, não há como a COP30 passar perto de poder ser considerada um sucesso se não olhar para o elefante na sala - em especial no momento em que o mundo está à beira de ultrapassar o limite de aquecimento global de 1,5° C do Acordo do Clima, definido em Paris como esforço a perseguir e ratificado nos últimos anos como única meta capaz de garantir a sobrevivência de todos os países.

Há apenas um ano e meio, na COP28, em Dubai, a humanidade chegou a um acordo histórico para fazer a “transição ordenada, justa e equitativa para longe dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos”. Essa frase, inscrita no parágrafo “d” do artigo 28 do Balanço Global do Acordo de Paris (doravante apenas 28d), deveria ter ensejado duas coisas já no ano seguinte: um processo internacional para definir o que significa ordem, justiça e equidade, quem deve fazer a transição primeiro e em que horizonte de tempo; e um movimento dos países para dizer em suas metas climáticas nacionais, as NDCs, como eles planejam implementar essa decisão.

A presidência brasileira, encontra-se num campo minado: precisa reconstruir a confiança entre os países ricos e pobres, esgarçada após o desastre diplomático da conferência de Baku, e não quer forçar a mão com os fósseis para não arriscar perder tudo em Belém

Não vimos nem uma coisa, nem outra. Ao contrário: poucas semanas depois da COP de Dubai, vários países sofreram de um arrependimento semelhante ao que sentimos quando compramos alguma coisa por impulso, e passaram a torpedear o 28d. Os Emirados Árabes pararam de defender o próprio legado. A Arábia Saudita inaugurou a interpretação esdrúxula de que o artigo 28 é um “menu” com vários parágrafos e que ninguém é obrigado a implementar todos eles. Isso para não falar no maior produtor de petróleo do mundo, cujo presidente passou a jogar ativamente contra os objetivos de Paris. O assunto simplesmente não foi tratado na conferência de Baku, a COP29, em

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-ausencia-fatal-da-cop30.ghtml> Acessado em 13.06.2025

² Especialista em Política Climática, Observatório do Clima

³ Diretor para a América Latina e Caribe, 350.org

2024, que cuidou de - e falhou espetacularmente em - produzir um acordo justo sobre financiamento climático aos países pobres.

O que nos traz a Belém, 2025.

O Brasil, apesar de seus delírios petroleiros serem contradições escancaradas com o papel de líder climático que pretende ter internacionalmente, sabe exatamente que o 28d não se implementará sozinho. Sabe também que a COP30 é um momento crucial para avançar nele. Tanto assim que foi o único grande emissor do mundo a declarar em sua meta climática (conhecida como NDC, sigla em inglês para “contribuição nacionalmente determinada”) que daria as boas-vindas ao início de um processo internacional para definir um calendário para a transição energética.

A presidência brasileira, porém, encontra-se num campo minado: precisa reconstruir a confiança entre os países ricos e pobres, esgarçada após o desastre diplomático da conferência de Baku, e não quer forçar a mão com os fósseis para não arriscar perder tudo em Belém. O Brasil parece preferir tratar do 28d na chamada Agenda de Ação, onde compromissos são voluntários e facilmente esquecidos.

Para fazer história, a COP30 deve ter um resultado formal que acelere a transição energética e a implementação do artigo 28. Seja por meio de um dos trilhos formais de negociação, como o Diálogo dos Emirados Árabes Unidos, seja por uma decisão de capa, que também é negociada entre países, mas parte de uma iniciativa da presidência da conferência. De qualquer forma, a COP30 precisa enviar um sinal político inequívoco para tirar do papel a promessa de 2023 e acelerar a transição energética. O Brasil pode e deve puxar esse debate, ainda que seja uma conversa difícil.

Além disso, a Cúpula de Líderes, que acontece nos dias 5 e 6 de novembro, também pode dar a sua contribuição de acelerar a implementação dos compromissos de transição energética. Os líderes poderiam se comprometer com um marco para esse afastamento dos combustíveis fósseis semelhante às meta de triplicar a capacidade de energias renováveis e dobrar a eficiência energética, como por exemplo, uma meta de diminuição da participação dos fósseis na matriz energética global até 2030.

A caneta da presidência da COP dá bastante poder ao Brasil. Uma oportunidade de testá-lo virá nos próximos dias: começa em 16 de junho em Bonn, na Alemanha, a primeira sessão formal de negociações da COP30. Diplomatas de 196 países se reunirão para tentar lamber algumas feridas de Baku, testar os humores do processo multilateral após o terremoto que chacoalhou os Estados Unidos (e a ordem mundial) desde janeiro e tentar avançar na agenda de Belém.

A presidência brasileira tem um plano delineado para Bonn: quer tirar de lá três textos de negociação que possam ser adotados na COP, sobre adaptação, transição justa e sobre o Balanço Global. A última carta do presidente da COP, André Corrêa do Lago faz pela primeira vez acenos ao tema da transição energética. É um avanço em comparação ao começo do ano, quando este não era sequer um assunto. Mas é incerto como e se os combustíveis fósseis serão explicitamente parte da conversa.

O Brasil ademais, chegará em Bonn machucado por um contexto doméstico trágico: a aprovação da nova lei de licenciamento, a alta dos alertas de desmatamento em maio e a pressão de Lula e Davi Alcolumbre sobre o Ibama certamente serão perguntas que Corrêa do Lago e a CEO da COP30, Ana Toni, terão de encarar. Não bastasse isso, a ANP, rainha do timing, marcou um mega leilão de petróleo para o segundo dia da conferência.

Além de liderar pelo exemplo domesticamente, o Brasil vai precisar de muita ajuda de outras nações para pautar o tema dos fósseis. É hora de a Europa se redimir do desastre de Baku e retomar a liderança que tem deixado vacante. Os europeus nem mesmo se dignaram a botar seu aguardado plano climático para 2040, que deveria propor uma redução de 90% nas emissões. É hora de a África, arrasada pelas mudanças do clima, ter coragem de atacar a causa de seu tormento, em vez de fazer o jogo dos países

alinhados com a Arábia Saudita no continente. É hora de reconstruir a aliança que levou ao resultado histórico de Dubai. Esse é o “mutirão” de que o planeta precisa.